

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1347/2018-PGJ, DE 17.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4304/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que concedeu o 1º período de férias à Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, que seriam usufruídas de 28.5 a 16.6.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1356/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2003, a serem usufruídos a partir de 28.5.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1359/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 13.7.2014, a ser usufruído no dia 4.6.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1362/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar a Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, na qualidade de titular, e o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, na qualidade de suplente, para, sem prejuízo de suas funções, comporem as Câmaras Técnicas Permanentes de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI) e dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos (CTIGRH), do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1363/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4340/2017-PGJ, de 14.12.2017, publicada no DOMP nº 1646, de 18.12.2017, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça Criminais, referente ao 1º semestre de 2018:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.:98478-2059
16 (18h01min) a 23.4.2018 (7h59min)	Lucienne Reis D'Avila
11 (18h01min) a 18.6.2018 (7h59min)	Rodrigo Jacobina Stephanini

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.:98478-2059
16 (18h01min) a 23.4.2018 (7h59min)	Rodrigo Jacobina Stephanini
11 (18h01min) a 18.6.2018 (7h59min)	Lucienne Reis D'Avila

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1342/2018-PGJ, DE 16.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar os Promotores de Justiça abaixo relacionados na Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2018:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Eduardo de Araujo Portes Guedes				2 a 11.5.2018
Fabicio Secafen Mingati				4 a 13.5.2018
Paulo Leonardo de Faria	7 a 18.5.2018			9 a 18.4.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1345/2018-PGJ, DE 16.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que estabeleceu a escala de férias individuais da Promotora de Justiça abaixo relacionada, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gisleine Dal Bó	5 a 14.3.2018	2 a 11.5.2018		4 a 13.6.2018

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gisleine Dal Bó	5 a 14.3.2018	16 a 25.5.2018		4 a 13.6.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1346/2018-PGJ, DE 16.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Daniel Higa de Oliveira	1º e 2.11.2014	19 e 20.4.2018
Juliana Pellegrino Vieira	16 e 17.12.2017	2 e 3.5.2018
Juliano Albuquerque	14 e 15.1.2017, 25 e 26.3, e 26.7.2017	18 a 22.6.2018
Luiz Antônio Freitas de Almeida	30.4 e 1º.5.2016	14 e 15.6.2018
Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	3, 4 e 5.3, 17 e 18.5.2014	14 a 18.5.2018
Matheus Carim Buckner	8.3.2014	20.4.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1348/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que concedeu o 1º período de férias ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, que seria usufruído de 4 a 21.6.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1354/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que concedeu férias individuais à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, que seriam usufruídas no período de 4.6 a 3.7.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1355/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos nos dias 14 e 15.6.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1361/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 39º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Martins Zaupa, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, para, sem prejuízo de suas funções, dar cumprimento aos autos de Carta Precatória nº 04/2018/NACO/PGJ.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1366/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 75º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcos Fernandes Sisti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar junto ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, nas ações em que a legislação determina a intervenção do Ministério Público, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 19.4.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1367/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
21ª	Thiago Bonfatti Martins	20.4.2018	Compensação	Matheus Carim Bucker
23ª	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	16.4.2018	Compensação	Felipe Almeida Marques
40ª	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	19 e 20.4.2018	Compensação	Daniel Higa de Oliveira

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1368/2018-PGJ, DE 17.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 1 (um) dia de compensação por sua atuação perante o Tribunal do Júri da comarca de Dourados, em regime de mutirão, no dia 8.11.2017, a ser usufruído no dia 2.5.2018, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2018.****2. Ordem do dia:****2.1. Matéria Administrativa:**

2.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte designação: 1. Portaria nº 1145/2018-PGJ, de 28.3.2018. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 29º Promotor de Justiça **Adriano Lobo Viana de Resende**, para integrar o Grupo Especial de Combate à Corrupção – GECOC, até ulterior deliberação.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, referendou a portaria acima referida, sem ressalvas.*

2.1.2. Processo incluído na ordem do dia a pedido da Relatora:**1. Processo PGJ/10/1068/2018**

Requerente: Ludmila de Paula Castro Silva.

Assunto: Autorização para frequentar curso pós-graduação – Doutorado Interinstitucional – UFMS/USP.

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, autorizou a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, titular da 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá/MS, para, sem prejuízo das funções, frequentar curso de Doutorado ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em virtude do preenchimento dos requisitos dispostos na Resolução nº 001/2016-CSMP, respeitando-se o prazo legal da licença parcial por até dois anos, de acordo com o artigo 1, inciso II e inciso IV, da Resolução nº 001/2016-CSMP, nos termos do voto da Relatora.*

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000982-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos gastos efetuados pela Câmara Municipal de Vereadores do município de Taquarussu, consistente em aquisição de suprimentos e materiais de consumo e na contratação de serviços de informática, deflagrando possíveis atos de improbidade administrativa.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TAQUARUSSU/MS – DENÚNCIA APÓCRIFA – IRREGULARIDADES E DESVIO DE VERBAS - AVERIGUAÇÃO DE IRREGULARIDADES NOS CONTRATOS FIRMADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O ERÁRIO PÚBLICO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO. Durante a investigação desse procedimento, não houve indicativo de irregularidades nos contratos firmados entre a Câmara Municipal de Vereadores de Taquarussu e as empresas Reginaldo Guilherme Marques-ME e Jumar Pereira Santos -ME, vez que restou apurado que os objetos dos contratos foram devidamente realizados, sem indícios de fraudes, superfaturamento ou qualquer outro tipo de conluio entre os representantes das empresas e os vereadores municipais. Assim, diante da ausência de má-fé e de dano ao erário público municipal, o arquivamento do feito é medida que se impõe.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

2. Recurso em Notícia de Fato Nº 01.2017.00008040-6

Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Recorrente: Carlos Leonardo de Souza Baggenstoss

Recorrida: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Assunto: Apurar o conteúdo das mensagens eletrônicas encaminhadas pelo Sr. Carlos Leonardo de Souza Baggenstoss, em 16.9.2017, as quais demonstravam verdadeiro descontentamento para com a Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, mormente nos serviços prestados pela Defensoria Pública perante a Ação Judicial nº 0812033-88.2014.8.12.0001.

EMENTA – NOTÍCIA DE FATO – CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – MANIFESTAÇÃO DE DESCONTENTAMENTO COM O PODER JUDICIÁRIO E COM O SERVIÇO PRESTADO PELA DEFENSORIA PÚBLICA - AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – RECURSO INTERPOSTO – IMPROVIMENTO - ARQUIVAMENTO. Da análise detida dos autos, restou demonstrado que o assunto trazido à baila no presente procedimento não é afeto à atribuição da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, pois esse órgão da Administração Superior é o encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, bem como de avaliar o resultado das atividades de execução das Promotorias e das Procuradorias de Justiça Estaduais. Desse modo, o improvimento do presente recurso é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo improvimento do recurso, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 17/2015

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: ENERGISA

Assunto: Apurar irregularidades na prestação de serviço por parte da empresa ENERGISA aos moradores do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, consistente na paralisação de obras na região.

EMENTA –INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMARCA DE COXIM/MS – CONCESSIONÁRIA ENERGISA S/A – INTERRUÇÃO DAS OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO NO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA – PROJETO “LUZ PARA TODOS” – DILIGÊNCIAS ENCETADAS - CONCLUSÃO DAS OBRAS - REGULARIDADE - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou constatado nos autos a conclusão das obras de eletrificação prestada pela concessionária Energisa S/A no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, localizado no município de Coxim/MS, no final do ano de 2016, demonstrando que as deliberações que competiam à referida concessionária de serviço de energia elétrica foram realizadas. Assim, não havendo qualquer irregularidade a ser perseguida no presente feito, impõe-se a necessidade de arquivamento do presente Inquérito Civil.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 8/2012

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Wezer Lucarelli

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de que o conselho municipal de saúde não conseguiu analisar as contas do fundo municipal de saúde, relativas aos exercícios de 2009 e 2010, porque não tem acesso aos documentos necessários para análise das contas.

EMENTA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AQUIDAUANA – DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NA GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE – OMISSÃO DE DOCUMENTOS REFERENTES AS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA AFERIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – BIÊNIO 2009/2010 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AFASTAMENTO DO PREFEITO MUNICIPAL E DO GERENTE MUNICIPAL DE SAÚDE- PERDA JUDICIAL DOS RESPECTIVOS MANDATOS – AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que após o afastamento do Prefeito Municipal à época dos fatos, Sr. Fauzi Suleiman, e de seu conchunhado, o então Gerente Municipal de Saúde, Sr. Paulo Cesar Rodrigues, em razão de decisão judicial, a nova gestão da Gerência Municipal de Saúde, encaminhou as contas do Fundo Municipal de Saúde, referente aos anos de 2009 e 2010, ao Conselho Municipal de Saúde, sanando as irregularidades de outrora. Ainda, ressalta-se que os gestores acima mencionados, já respondem a inúmeros processos de improbidade administrativa, sendo despidendo o ajuizamento de nova Ação Civil Pública, razão pela qual o arquivamento do presente é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 14/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hospital Regional de Coxim e a Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de agentes de saúde e do pagamento dos adicionais de insalubridade e bonificação por produtividade.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM – SERVIDORES MUNICIPAIS – AGENTES DE SAÚDE - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – AUSÊNCIA DE ENFERMEIROS COM REGISTRO NO COREN/MS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos verifica-se a ausência de justa causa para a continuidade do presente procedimento, eis que constatou -se através dos documentos acostados aos autos a regularidade dos pagamentos de adicional de insalubridade aos servidores da área de saúde pelo município de Coxim, e, ainda, a comprovação da inscrição de todos os enfermeiros no COREN/MS - Conselho Regional de Enfermagem. Assim, estando comprovada a inexistência das irregularidades denunciadas, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 41/2016

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de ineficiência dos serviços do SAMU, em Naviraí, pela falta de ambulância.

EMENTA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA NAVIRAÍ/MS – AUSÊNCIA DE AMBULÂNCIA PARA O ATENDIMENTO AMBULATORIAL DO SAMU - MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – AMBULÂNCIAS APTAS AO ATENDIMENTO - COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO EFETIVO - REGULARIDADE COMPROVADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que foram solucionados os defeitos mecânicos da ambulância de placa HSH-5791, que atualmente apresenta bom estado de conservação, e, a ambulância de placa NRL-9991, também encontra-se apta para atender os serviços de saúde do município, demonstrando que através do esforço conjunto entre MPE e Prefeitura Municipal de Naviraí, as irregularidades foram superadas. Portanto, não há razão para o prosseguimento do feito e o arquivamento afigura-se de rigor.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 5/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estância Miranda

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da Estância Miranda, de Ibitiguaia Agropecuária Ltda., localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MIRANDA/MS – IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS – ESTÂNCIA MIRANDA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO INTEGRAL - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que o Termo de Ajustamento de Conduta foi cumprido integralmente pela parte requerida, e, que as medidas necessárias para a efetiva proteção ambiental foram devidamente implantadas pelo compromissário. Assim, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que as irregularidades ambientais foram mitigadas e o arquivamento do feito é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 9/REM/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Iolanda Tormena Fabris

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção a Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

EMENTA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS – PROJETO TOURO-TARUMÃ - FAZENDA GAÚCHA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO INTEGRAL - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que o Termo de Ajustamento de Conduta

foi cumprido integralmente pela parte requerida, e, que as medidas necessárias para a efetiva proteção ambiental foram devidamente implantadas pela compromissária no imóvel rural investigado, estando o mesmo regularizado, exsurindo o exaurimento da atuação ministerial. Assim, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que as irregularidades ambientais foram mitigadas e o arquivamento do feito é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 53/2013

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dijoga Materiais de Construção

Assunto: Investigar a adequação do estabelecimento Dijoga Materiais de Construção às normas de postura municipais, bem como apurar possível prática de poluição sonora.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES JURÍDICO- AMBIENTAIS – DIJOGA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - PRÁTICA DE POLUIÇÃO SONORA E AUSÊNCIA DE LICENÇAS PERTINENTES – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES – AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através das vistorias realizadas pela Prefeitura municipal de Ponta Porã, que a empresa investigada “Dijoga Materiais de Construção” encerrou suas atividades, cessando assim as atividades irregulares e geradoras da poluição sonora que deram azo a instrução do presente inquérito civil. Desse modo, houve a perda do objeto do presente procedimento, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 66/2013

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as circunstâncias da morte de Valdemir Pires Tosati no Hospital Regional de Nova Andradina.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS –APURAR IRREGULARIDADES NO ATENDIMENTO MÉDICO PRESTADO AO PACIENTE VALDEMIR PIRES TOSATI – HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA/MS - POSSÍVEL ERRO MÉDICO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – SINDICÂNCIA REALIZADAS PELO CRM/MS E COREN/MS – AUSÊNCIA DE CONDUTA DESIDIOSA POR PARTE DOS PROFISSIONAIS DO HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Considerando que a notícia que deu azo à instauração do presente procedimento não restou comprovada, pois, constatou-se através das Sindicâncias realizadas pelo COREN/MS e CRM/MS que os médicos não agiram com imprudência, imperícia ou negligência no tratamento do paciente em questão, e não praticaram conduta que sugira a ocorrência de erro médico, bem como não foram responsáveis pelo óbito do paciente V.P.T. Assim, não foi possível aferir conduta desidiosa por parte dos médicos lotados no Hospital Regional de Nova Andradina, tornando, desta maneira, inviável a continuidade das investigações, surgindo imponente a necessidade de homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 31/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar a existência de servidores contratados em vagas não promovidas em detrimento dos aprovados em concurso público promovido pelo município de Ribas do Rio Pardo/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO/MS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO – APURAR A IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS OU COMISSIONADOS EM DETRIMENTO DE SERVIDORES CONCURSADOS PARA CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PREJUÍZO AO ERÁRIO E DE DOLO NA CONDUTA DO AGENTE PÚBLICO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – - PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PERDA DE OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que o presente procedimento perdeu seu objeto, haja visto que restou constatado que fora instaurada a Ação Civil Pública nº 0900002-79.2018.8.12.0041, no bojo do IC nº 0900002-79.2018.8.12.0041, pela

prática de improbidade administrativa, abrangendo todo o objeto da presente investigação, qual seja, a contratação de servidores temporários e comissionados em detrimento dos aprovados em concurso público municipal. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, exsurgindo imponente o seu arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000699-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Alessandra Fernandes dos Reis do Nascimento

Requerida: Secretaria Municipal de Administração de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da não nomeação de aprovados no Concurso Público de 2011 para o cargo de Analista de Serviço Social função Assistente Social, e da convocação de aprovados no Concurso Público de 2013, ambos realizados pela Secretaria Municipal de Administração de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA NÃO NOMEAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DE 2011 PARA O CARGO DE ANALISTA DE SERVIÇO SOCIAL, E DA CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DE 2013, AMBOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPO GRANDE - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a requerente Alessandra Fernandes dos Reis do Nascimento fez uma reclamação a respeito do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande para o cargo de Analista de Serviço Social, do ano de 2011 (3 vagas para referido cargo), uma vez que ficou na 42ª posição na lista de classificação, e não se conformou com o fato de convocarem aprovados em concurso posterior (2013). Imperioso ressaltar que a Secretaria Municipal de Administração esclareceu que o cargo de Analista Previdenciário do Concurso Público da PMCG/2011 é diverso do cargo de Assistente Social ofertado com Concurso Público da PMCG/2013. Como bem salientou o ilustre Promotor de Justiça de origem que “tendo concorrido a vaga para o cargo de Analista Previdenciário não pode a requeinte pleitear a equiparação com o cargo de Assistente Social”. Por fim, constatou-se que o prazo do Concurso Público da PMCG/2011 expirou em 10.04.2016 e, não se verificou qualquer irregularidade por parte da Prefeitura Municipal de Campo Grande no que se refere à nomeação dos candidatos devidamente aprovados para o cargo de Assistente Social do Concurso Público da PMCG/2013. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000042-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Nova Alvorada II

Assunto: Apurar ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Nova Alvorada II”, tendo em vista a supressão vegetal de 47,25 ha, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR ILÍCITO AMBIENTAL PRATICADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA NOVA ALVORADA II”, TENDO EM VISTA A SUPRESSÃO VEGETAL DE 47,25 HA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, EM BATAYPORÃ/MS - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO -CUMPRIMENTO INTEGRAL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. Foi formalizado um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Estadual e o Sr. Rubens Ceratti, às fls. 132/136, com o objetivo de indenizar os danos ambientais, a título de reparação por ato ilícito, bem como de assumir a obrigação de somente realizar o corte de árvores, fora da área de reserva legal, mediante autorização da autoridade ambiental competente. Decorrido o prazo estipulado no referido TAC, o requerido acostou a documentação apta a comprovar o cumprimento da obrigação de indenização ambiental, às fls. 146/154. Sublinhe-se que no que tange à obrigação negativa constante do TAC, verificou-se que não houve notícia de seu descumprimento, desde o momento da instauração deste. Desse modo, através da documentação acostada aos autos, não resta dúvidas de que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos foi integralmente cumprido, sendo despicenda a continuidade das investigações ou o ajuizamento de Ação Civil Pública. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000526-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jercé Euzébio de Souza

Assunto: Apurar ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Isabella”, tendo em vista a supressão vegetal de 31,65 ha, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR ILÍCITO AMBIENTAL PRATICADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA ISABELLA”, TENDO EM VISTA A SUPRESSÃO VEGETAL DE 31,65 HA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, EM BATAYPORÃ/MS TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO - CUMPRIMENTO INTEGRAL AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. Foi formalizado um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Estadual e o Sr. Jercé Euzébio de Souza, às fls. 56/60, com o objetivo de indenizar os danos ambientais, a título de reparação por ato ilícito, bem como de assumir a obrigação de somente realizar o corte de árvores, fora da área de reserva legal, mediante autorização da autoridade ambiental competente. Decorrido o prazo estipulado no referido TAC, o requerido acostou a documentação apta a comprovar o cumprimento da obrigação de indenização ambiental, às fls. 70/71. Sublinhe-se que no que tange à obrigação negativa constante do TAC, verificou-se que não houve notícia de seu descumprimento, desde o momento da instauração deste. Desse modo, através da documentação acostada aos autos, não resta dúvidas de que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos foi integralmente cumprido, sendo despidianda a continuidade das investigações ou o ajuizamento de Ação Civil Pública. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001411-6

4ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades no estabelecimento de Raquel Helena Ribaroli Pereira, localizado na Av. Clodoaldo Garcia, 1334, Bairro Santos Dumont, Três Lagoas/MS, de nome fantasia “Casa Blanca”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR IRREGULARIDADES NO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “CASA BLANCA”, EM TRÊS LAGOAS/MS - FISCALIZAÇÃO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando a celebração de Termo de Ajustamento Conduta, com a determinação de instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações, de rigor a homologação da promoção de arquivamento, nos termos do artigo 38 e artigo 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 005/2015-CPJ.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 19/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual acumulação indevida de cargos e desvio de função na Escola Estadual Barão do Rio Branco, no município de Douradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS E DESVIO DE FUNÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL “BARÃO DO RIO BRANCO”, NO MUNICÍPIO DE DOURADINA/MS – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Cumpre destacar, que a denúncia de fl. 10, informa o acúmulo de cargos, desvios de funções e, a prática de nepotismo (houve o arquivamento dessa última imputação, fls. 127/130), na Escola Barão do Rio Branco, em Douradina/MS. Ademais, no que se refere à denúncia de acúmulo de cargo em relação a Gelismar Caminha, Ângela Marques Rosa e Lúcio Flávio Raulino, verificou-se que este é efetivo em um cargo de 20 horas e exerce função de Vice-Presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores, bem como que Gelismar possuía um cargo de 20 horas e Ângela um cargo de 40 horas, sendo 20 horas como Técnica da NUESP e 20 horas como Professora regente do 5º ano, portanto, sem qualquer demonstração de incompatibilidade de horário. Outrossim, em relação à denúncia de suposto desvio de função de Marthinha Severiano Furtado, Tony Carvalho, Leandro Narciso, Andreia Lopes Araújo, Natalia Santos Oliveira, Marilene Alves, Keli Sabrina Sais e Elizangela Marques, não restaram tipificadas, como bem expôs o ilustre Promotor: “tal contexto se motivou pela inexistência de candidatos com formação nativa na área de interesse, de modo que, sob a chancela da própria Secretaria de Estado de Educação autorizou-se a contratação temporária, mas para áreas

afins". Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 52/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fabiana Esteves de Souza, Joel Rodrigues Ferreira e Luiz Carlos Pascoal

Assunto: Apurar eventual irregularidade acerca da transferência indevida do preso Mario Luís Gomes para o Estabelecimento Penal Masculino de Regime Semiaberto e Aberto de Dourados - EPMRSA-D.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – TRANSFERÊNCIA INDEVIDA DE PRESO – IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DO DOLO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, no momento em que aportou, na AGEPE, a ordem judicial para transferência do preso, os agentes consultaram os sistemas competentes e, naquela ocasião, não constatarem a existência de outro mandado de prisão. Frise-se que o ato ímprobo, na modalidade de violação a princípios da administração pública, previsto no art. 11, da Lei n.º 8.429/92, necessita da aferição do dolo nas condutas dos requeridos. No caso em tela, impossível aferir o dolo dos agentes públicos. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000680-1

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Grande/MS e outro

Assunto: Apurar possível insuficiência na quantidade de vacina trivalente de imunização contra o vírus "Influenza A e B", disponibilizada na Rede Pública do município de Campo Grande para o grupo de risco/prioritário previsto na Campanha Nacional de Vacinação; apurar a possível indisponibilidade do fármaco "Fosfato de Oseltamivir" (Tamiflu) na Rede Pública Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - INSUFICIÊNCIA NA QUANTIDADE DE VACINAS E FÁRMACOS - NECESSIDADE DE IMUNIZAÇÃO CONTRA O VÍRUS INFLUENZA A E B - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PELA GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL - RECOMENDAÇÕES DO PARQUET ACOLHIDAS - CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO SATISFATÓRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o inquérito civil que apurou possível insuficiência na quantidade de vacina trivalente de imunização contra o vírus "Influenza A e B", disponibilizada na Rede Pública e deficiência na imunização da população, restando verificado no decorrer das investigações que, após expedição de Recomendações pelo Parquet, dentre outras medidas, foram adotadas diversas providências pelas gestões Estadual e Municipal para a regularização da problemática inicialmente apresentada, resultando no controle epidemiológico eficiente e satisfatório.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001079-3

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Parte Sigilosa

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no desenvolvimento e aplicação da prova de psicotécnico do concurso da AGEPE.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – FRAUDE - CONCURSO PÚBLICO - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM TESTE PSICOTÉCNICO - INOCORRÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual não restou constatada qualquer fraude que desse ensejo à anulação de concurso público, tendo como escoreito o teste psicotécnico, já que a avaliação desse tipo de exame não se prende a respostas certas/erradas ou a um gabarito objetivo, todavia nesta avaliação há uma análise comportamental, observando-se ainda a coordenação motora e eventuais traços de alteração psicológica.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001316-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Tânia Regina Gonçalves

Requerido: Município de Aquidauana

Assunto: Investigar denúncia de que a Prefeitura de Aquidauana estaria efetuando desconto na folha de pagamento dos servidores para pagamento do cartão Brasil Card e não estariam repassando o valor para administradora do cartão.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES - FALTA DE REPASSE PARA PAGAMENTO DE CARTÃO - OUTRO PROCEDIMENTO COM O MESMO OBJETO DESTES AUTOS JÁ ARQUIVADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Procedimento Preparatório que apurou a denúncia de que o Município não estava repassando o valor descontado na folha de pagamento dos servidores para pagamento do cartão Brasil Card, tendo em vista que, após diligências, verificou-se que o objeto destes autos já foi apurado em outro Inquérito Civil arquivado recentemente na mesma Promotoria de Justiça, e esclarecido ante a solução da irregularidade no repasse, por desídia do Sindicato, e não do Município.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001169-6

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual oferta de carne em condições insalubres nos mercados de Pedro Gomes/MS, ante a ausência de higiene com os alimentos, presença de insetos, sujeira e má manipulação dos alimentos pelos funcionários sem o devido equipamento.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES - DENÚNCIA ANÔNIMA - AUSÊNCIA EFETIVA DE QUALQUER VEROSSIMILHANÇA - INSPEÇÃO SANITÁRIA – SALUBRIDADE DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento preparatório que apurou mera notícia negativa em relação a estabelecimento comercial, oriunda de denúncia anônima, despida de qualquer verossimilhança, que dava conta de condições insalubres no local, quando após submetido à inspeção sanitária esta certificou o pleno descrédito da denúncia.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001222-9

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar irregularidades no funcionamento do CAPS AD e Residência Terapêutica municipais.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - DENÚNCIA ANÔNIMA SUPERFICIAL - IRREGULARIDADE NO FUNCIONAMENTO DO CAPS AD E RESIDÊNCIA TERAPEUTICA MUNICIPAIS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento preparatório instaurado a partir de denúncia anônima superficial, despida de qualquer verossimilhança, que apurou a existência de supostas irregularidades no funcionamento do CAPS AD e Residência Terapêutica municipais, onde após realização de diligências e análise de documentos, constatou-se a total ausência de veracidade dos fatos narrados na representação apócrifa inicial.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001254-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Coletar maiores subsídios para tomada de decisão sobre a necessidade de instauração de Inquérito Civil, a propositura de Ação Civil Pública ou o Arquivamento da representação sobre possíveis ilegalidades praticadas por Luciano Cruz Santos durante procedimento de fiscalização realizado no estabelecimento "Espeteria do Giba", localizado na Avenida Rio Branco, nº 1166, Bairro Universitário, em Corumbá/MS, no dia 31 de maio de 2017.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - ILEGALIDADES PRATICADAS POR SERVIDOR PÚBLICO DURANTE FISCALIZAÇÃO - SUPOSTO ABUSO DE PODER - NÃO VERIFICADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGADA. Arquiva-se o Procedimento Preparatório instaurado com o fim de apurar suposta ilegalidade praticada por servidor público durante fiscalização em estabelecimento comercial, quando após investigação e análise de documentos não se verificou qualquer ilegalidade ou abuso de poder na conduta

do servidor requerido.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001409-3

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Miranda

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no transporte escolar do município de Miranda/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE MIRANDA - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL - VISTORIA REALIZADA PELO DETRAN - VEÍCULOS APROVADOS - REGULARIZAÇÃO DA FROTA - SOLUÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento preparatório onde ao seu final constata-se que foram tomadas as devidas providências pelo Município para a regularização dos veículos que realizam o transporte escolar, de forma que submetidos à vistoria, foram aprovados os veículos escolares pelo DETRAN.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00002219-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Bom Recreio

Assunto: Apuração de notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Fazenda Bom Recreio, de propriedade de Alcir Nunes Lemes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE AMAMBAI - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - DETERMINAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 15/2007/PGJ COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N. 005/2015/CPJ - ENUNCIADO N. 09, DE 1º.06.2016, DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil em que uma vez firmado o Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, resta ao Parquet apenas o seu acompanhamento e fiscalização que, conforme art. 39, § 2.º, da Resolução nº 15/2007 (com redação dada pela Resolução n. 005/2015-CPJ), deve ser feito mediante a instauração de procedimento administrativo próprio, quando a Promotoria de Justiça encarregada opere no SAJ/MP.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000035-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes no uso indevido de veículo oficial, tráfico de influência, falsidade ideológica e falsificação de documentos praticadas, em tese, por servidora municipal lotada no Hospital da Vida.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES CONSISTENTES NO USO INDEVIDO DE VEÍCULO OFICIAL, TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, FALSIDADE IDEOLÓGICA E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS PRATICADAS, EM TESE, POR SERVIDORA MUNICIPAL LOTADA NO HOSPITAL DA VIDA - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, uma vez que a Promotoria de Justiça de origem tomou todas as medidas cabíveis, dentro dos limites de sua atribuição, para apurar e solucionar as irregularidades reclamadas, porém as alegações feitas pelo denunciante não restaram comprovadas. Além disso, a servidora em questão foi exonerada do quadro de funcionários da administração pública. Outrossim, ressalta-se que na esfera criminal foi instaurado o IP n. 102/2016 para apuração dos fatos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001069-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE BATAYPORÃ – APURAR POSSÍVEL ABUSO DE PODER SUPOSTAMENTE COMETIDO POR VEREADOR NA REMOÇÃO DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que a remoção do investigador de polícia autor da representação ocorreu no interesse da Administração Pública, em virtude de solicitação de Delegado de Polícia, seu superior hierárquico. Inexistência de abuso de poder de vereador. Ato de improbidade administrativa não configurado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001340-6

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar violação de direitos de autores de atos infracionais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SIDROLÂNDIA - INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A DIVULGAÇÃO INDEVIDA DOS NOMES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INFRAÇÕES PENAIS E DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL POR ÓRGÃOS DA IMPRENSA DO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação nos autos de que as recomendações ministeriais expedidas aos órgãos de imprensa e às autoridades policiais do município de Sidrolândia/MS foram devidamente cumpridas, garantindo a preservação da imagem e da identidade de crianças e adolescentes.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 22/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim/MS

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa por parte do município de Coxim, consistente na ausência de respostas dos Ofícios encaminhados pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO MUNICÍPIO DE COXIM/MS CONSISTENTE NA AUSÊNCIA DE RESPOSTAS DOS OFÍCIOS ENCAMINHADOS PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. Arquivamento justificado. Não há no presente procedimento indícios de omissão dolosa apta a caracterizar ato de improbidade administrativa, porquanto o ente público apresentou resposta aos ofícios ministeriais, bem como justificou o atraso, demonstrando boa-fé dos agentes públicos.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 53/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que o cidadão Aparecido Donizete Cardoso teria sido beneficiado de forma irregular pelo Programa Municipal de Habitação de Naviraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ – HABITAÇÃO E URBANISMO - APURAR POSSÍVEL PREJUÍZO À POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DECORRENTE DE CONCESSÃO IRREGULAR DE BENEFÍCIO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – NÃO CONSTATADOS DANOS À POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. Arquivamento justificado. Comprovou-se que não houve danos à política municipal de habitação, porquanto o requerido não foi contemplado com uma unidade habitacional, sendo desligado do Programa Municipal de Habitação em decorrência de não preencher os requisitos necessários. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 47/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual conduta ímproba de policial militar, indiciado por crime de homicídio, além de suposto exercício de atividade privada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL CONDUTA ÍMPROBA DE POLICIAL MILITAR, EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE CRIME DE HOMICÍDIO, ALÉM DE SUPOSTO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. Comprovação de que o crime, em tese, praticado pelo requerido não guarda qualquer relação com o exercício de sua função de policial militar. Exercício de atividade particular configura mera infração administrativa. Ato de improbidade administrativa não configurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 15/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Coxim

Assunto: Apurar eventual negligência no atendimento da paciente Elizama Felix dos Santos no Hospital Regional de Coxim.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL NEGLIGÊNCIA NO ATENDIMENTO DA PACIENTE ELIZAMA FÉLIX DOS SANTOS NO HOSPITAL REGIONAL DE COXIM - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - NÃO CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Após instrução, verificou-se que não houve conduta omissiva dos médicos no atendimento da paciente Elizama Félix dos Santos no Hospital Regional de Coxim, inexistindo irregularidades aptas a configurar ato de improbidade administrativa. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 5/2017

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo em decorrência da nomeação da esposa e do cunhado do prefeito para ocupar cargo de provimento em comissão no poder executivo do município de Corumbá.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – COMARCA DE CORUMBÁ – APURAR EVENTUAL NEPOTISMO NA PREFEITURA MUNICIPAL – CARGO POLÍTICO – AUSÊNCIA DE NEPOTISMO CRUZADO – NÃO CONSTATADA FRAUDE – CAPACIDADE TÉCNICA DOS REQUERIDOS – MORTE DA AUTORIDADE NOMEANTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que se esgotou o objeto do presente procedimento, haja vista que os servidores efetivos, parentes do Prefeito de Corumbá, foram nomeados para exercício de cargos políticos no município de Corumbá e Ladário, não havendo indícios nos autos de nepotismo cruzado ou outra modalidade de fraude à lei ou descumprimento dos princípios administrativos, demonstrando-se a capacidade técnica dos requeridos para desempenho das funções de forma eficiente. 2. Morte do Prefeito, autoridade nomeante. Extinção de eventual ato de improbidade administrativa. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 94/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Fazenda Nossa Senhora Aparecida e Fazenda Jacutinga

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental dos imóveis denominados fazenda Nossa Senhora Aparecida e fazenda Jacutinga, de propriedade de Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL PRATICADO NOS IMÓVEIS FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA E FAZENDA JACUTINGA, EM DECORRÊNCIA DE DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL - TERMO DE

AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovação nos autos de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural e comprovação de regularidade da propriedade rural. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 24/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Eurípedes Belezini, Henrique Ceolin e Osmar Belezini

Assunto: Apurar a eventual ocorrência de exploração vegetal em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental, conforme Auto de Infração n. 01046, de lavra do IMASUL, e a regularidade jurídico-ambiental da área de reserva legal da fazenda Lagoa Bonita.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO BRILHANTE – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL PRATICADO NA FAZENDA LAGOA BONITA, EM DECORRÊNCIA DE DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovação nos autos de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante regularização e preservação da área de reserva legal, bem como inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 7/2015

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Wilson Abud

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual omissão do município de Campo Grande na limpeza de um imóvel situado por três quadras entre a Rua Fidelcina da Silva Vendas, com a Rua Augusto Leite Figueiredo e as ruas Caetano Rosa, Cambuci e Pompeia, no bairro Antônio Vendas e Bela Vista na região central da Capital, bem como a falta de iluminação pública no referido local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – OMISSÃO NA LIMPEZA DE IMÓVEL E FALTA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE ELEMENTO SUBJETIVO – HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. Verifica-se que as irregularidades apontadas foram sanadas. Não há prova de ato ímprobo ou de dolo específico de lesar o patrimônio público. Não demonstrado o elemento subjetivo da conduta do agente. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 2/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empreendimento Boca da Onça Ecotour Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento denominado “Boca da Onça Ecotour Ltda.”, localizada nas proximidades do Parque Nacional Serra da Bodoquena, município de Bodoquena.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – APURAR SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTO – TAC FIRMADO – CLÁUSULAS INTEGRALMENTE CUMPRIDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC e integral cumprimento de suas cláusulas. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 1/2015

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e a Empresa CG Solurb

Assunto: Apurar eventual responsabilidade do município de Campo Grande/MS e da Empresa CG Solurb Soluções Ambientais - Spe Ltda., diante da notícia da falta de ampliação do Plano de Coleta Seletiva do resíduo sólido em Campo

Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE –APURAR IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE COLETA SELETIVA – PLANO INTEGRALMENTE ADOTADO – PERDA DE OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o Plano de Coleta Seletiva feito pelo Município de Campo Grande e pela empresa CG SOLURB foi integralmente cumprido, tendo o inquérito civil perdido seu objeto. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:

1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000248-9

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, ante a contratação irregular de médicos veterinários no IAGRO, apesar de concurso público vigente, com candidatos aprovados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE MÉDICOS VETERINÁRIOS - IAGRO - AS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS COMISSIONADOS DEVEM SE ENQUADRAR NAS HIPÓTESES DE CHEFIA, DIREÇÃO OU ASSESSORAMENTO - CONVERTO O PROCEDIMENTO EM DILIGÊNCIA - DEIXO DE HOMOLOGAR A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que os agentes foram nomeados em cargo de comissão de Gerência-Executiva e Assessoramento, símbolo DGA-4; 2. Considerando que as funções exercidas pelos mesmos devem se enquadrar nas hipóteses de chefia, direção ou assessoramento; 3. Considerando que há fundadas dúvidas a respeito das funções efetivamente exercidas pelos agentes comissionados; 4. Convento o procedimento em diligência; 5. Voto pela não homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho não homologou a promoção de arquivamento e determinou a devolução dos autos à comarca de origem, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 9/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Delfina

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Santa Delfina, de propriedade de GL Agropecuária Ltda., localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – FAZENDA SANTA DELFINA – REGULARIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

1. Considerando que as irregularidades que ensejaram a instauração do presente procedimento restaram sanadas; 2. Considerando que a edificação presente na propriedade restou demolida, bem como não causou qualquer dano à área de preservação permanente que necessite da elaboração de PRADE; 3. Considerando que a empresa GL Agropecuária cumpriu integralmente as obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta; 4. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 24/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Sofia

Assunto: Apurar notícias da prática de ilícitos ambientais em especial, o corte seletivo de madeira de lei, fazenda Santa Sofia, localizada no município de Miranda/MS.

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista da Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

4. Inquérito Civil nº 38/2014

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar possível alteração de dados atinentes aos casos de dengue em Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR POSSÍVEL ALTERAÇÃO DE DADOS ATINENTE AOS CASOS DE DENGUE – NÃO CONFIRMAÇÃO DE QUALQUER ATITUDE DOLOSO OU CULPOSA POR PARTE DO MUNICÍPIO – ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA – OBRIGATORIEDADE DA NOTIFICAÇÃO – HOSPITAIS PARTICULARES E UBS’S - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que não foi confirmada qualquer atitude dolosa ou culposa por parte da municipalidade ao alterar, adulterar ou omitir dados atinentes aos casos de dengue; 2. Considerando que o Plano Municipal de Contingência da dengue, febre do Chikungunya e Zika de 2017 prevê a notificação obrigatória à Vigilância Epidemiológica nos casos de suspeita ou confirmação de dengue; 3. Considerando que os hospitais particulares e UBS’s aderiram ao novo sistema de alimentação de dados; 4. Considerando que foram esgotadas todas as diligências sem restar demonstrada a lesão ou ameaça ao interesse transindividual; 5. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 17 de abril de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 086/2018 – XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 3 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, declara a DECADÊNCIA do direito de ser empossada da candidata ALINE DE FREITAS DA SILVA, aprovada em 2º lugar no referido Processo de Seleção, referente ao curso de Serviço Social, Nível Pós-Graduação, uma vez que tal candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Aviso de Convocação nº 081/2018, publicado no DOMP-MS nº 1710, de 10 de abril de 2018.

Campo Grande, 17 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

SECRETARIA-GERAL

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2018-SG/MP-MS, DE 16 DE ABRIL DE 2018.

Estabelece orientações acerca dos procedimentos para locação de imóveis no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 02/2001-PGJ, de 16 de março de 2001;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece como regra geral a realização de processo de licitação, ressalvados os casos específicos na legislação, para as contratações públicas, assegurando-se a igualdade de condições a todos os concorrentes;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 24, inciso X, permite à Administração dispensar a licitação para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; e

CONSIDERANDO a necessidade de fixar boas práticas administrativas no tocante aos procedimentos a serem observados no âmbito do Ministério Público Estadual para locação de imóveis,

ESTABELECE:

Art. 1º Fica instituído o roteiro de boas práticas para subsidiar os procedimentos de locação de imóveis por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como os procedimentos para locação sob medida, nos termos dos Anexos desta Ordem de Serviço.

Art. 2º Todas as demandas por locação de imóveis, bem como os atos, expedientes e procedimentos executados pelos Setores Administrativos e Auxiliares deste Ministério Público deverão obedecer ao rito estabelecido nos Anexos desta Ordem de Serviço.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Ordem de Serviço nº 002/2017-SG/MPMS, de 29 de agosto de 2017, e demais disposições em contrário.

Campo Grande, 16 de abril de 2018.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça
Secretária-Geral/MPMS

ANEXO I da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.

ROTEIRO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

ITEM	PROVIDÊNCIAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	O Requisitante deverá encaminhar à Secretaria-Geral (SG) expediente informando a necessidade de locação de imóvel, acompanhado das devidas justificativas, quais sejam: <i>I – os motivos que justificam a expansão, com indicação do número de membros, servidores e estagiários que atuarão no novo espaço;</i>	Requisitante	

	<p><i>II – as dimensões, o raio de distância máxima em relação à sede atual e outras particularidades que devam caracterizar o imóvel;</i></p> <p><i>III – especificar as características mínimas do imóvel, como o número de pessoas por sala, número de vagas de veículos necessárias, número de banheiros, copa e demais dependências;</i></p> <p><i>Obs.: <u>não</u> encaminhar, neste momento, sugestão de imóveis a serem locados.</i></p>		
2	Após despacho da SG, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral providenciará, em 2 dias , a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93).	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
3	<p>Os autos serão encaminhados ao Departamento de Engenharia (DENG) para elaboração do plano de necessidades, em 5 dias, contendo as características mínimas que o imóvel deve apresentar para atender às finalidades precípua da Administração Pública, acompanhadas das devidas justificativas. O modelo do plano de necessidades está disponível no Anexo II da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS.</p> <p>O plano de necessidades será encaminhado à SG para aprovação.</p> <p>Caso o Requisitante já ocupe um imóvel, o DENG deverá manifestar-se quanto a viabilidade de reforma.</p>	DENG	5 dias
4	Aprovado o plano de necessidades, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, em 2 dias , irá encaminhar os autos ao Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, solicitando que o referido Departamento providencie consulta ao órgão responsável pelo patrimônio imobiliário do Estado, indagando sobre a disponibilidade de imóvel público, que atenda às necessidades deste MPMS, no intuito de possibilitar uma ocupação não onerosa, em obediência ao princípio da economicidade.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
5	O Departamento de Apoio Administrativo do PGJ deverá aguardar o prazo de 10 dias , após a expedição de ofício. No término do prazo, certificará nos autos se houve ou não resposta, procedendo-se à devolução dos autos à SG.	Departamento de Apoio Administrativo do PGJ	10 dias
6	<p>Na hipótese de o Estado dispor de imóvel que atenda às necessidades requeridas, o procedimento seguirá para o item 16;</p> <p>Na hipótese de o Estado não dispor de imóvel que atenda às necessidades requeridas e/ou não havendo resposta, a SG deverá encaminhar os autos ao Diretor da Secretaria de Administração (SEAD), a fim de que proceda à pesquisa no mercado imobiliário local.</p>	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
7	<p>Compete à SEAD:</p> <p>a) proceder à pesquisa no mercado imobiliário local¹, concedendo às imobiliárias um prazo máximo de 10 dias corridos para a resposta, a contar do recebimento do ofício. Nessa pesquisa, deverão ser encaminhados os dados referentes ao plano de necessidades, o modelo de documento de Autorização de Intervenção e a minuta do contrato, solicitando a apresentação de proposta nos moldes do “Anexo B - Formulário de proposta de preço” constante no Anexo III da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS;</p> <p>b) providenciar a publicação no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP), visando divulgar a intenção da Administração em locar um imóvel, nos moldes do Anexo III da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS. Deverão ser concedidos 10 dias corridos de prazo para apresentação das propostas, a contar da publicação do aviso;</p>	SEAD	12 dias

¹ A pesquisa no mercado imobiliário deverá ser acompanhada de ampla divulgação das intenções deste MPMS de locar imóvel com as características apontadas.

	<p>c) expedir ofício ao requisitante solicitando indicação de imóveis, no prazo de 10 dias corridos, encaminhando os anexos do presente roteiro referentes a locação convencional.</p> <p>d) cumpridas as diligências anteriores, juntar a documentação completa recebida, e, após, encaminhar os autos ao DENG.</p> <p>Obs.: A descrição do imóvel a ser locado deverá conter a quantidade de cômodos/dependências e as metragens mínimas que atenderão ao interesse da Administração, não havendo a necessidade de indicar, no extrato de publicação no DOMP, a destinação final do cômodo/dependência.</p>		
8	<p>Compete ao DENG:</p> <p>a) receber e analisar a documentação juntada aos autos pela SEAD, elegendo, em conjunto com a SG², o imóvel ou os imóveis que melhor atendam, em princípio, ao plano de necessidades;</p> <p>b) vistoriar <i>in loco</i> os imóveis selecionados, para elaboração de laudo/parecer técnico³, no prazo de 10 dias;</p> <p>c) cumpridas as diligências anteriores, fazer a juntada da documentação e encaminhar os autos à SEAD.</p> <p>Obs.: Excepcionalmente, na hipótese de não serem encontrados imóveis que se enquadrem no plano de necessidades, a Administração poderá adotar as providências para locação sob medida.</p> <p>Neste caso, o DENG demonstrará, por meio de estudo técnico, cálculos estimados e documentos comprobatórios, que a opção pela locação sob medida mostra-se inequivocamente mais favorável economicamente (melhor custo-benefício) do que a realização de reforma ou adequação em imóvel alugado sob a forma convencional, constituindo, portanto, economia de escala para a Instituição.</p> <p>Ainda, compete ao DENG comprovar a impossibilidade de suprir a demanda por outras formas, como obra de construção de novo edifício, em terreno de propriedade do órgão, e reforma em prédio próprio.</p> <p>Apresentadas as justificativas, os autos deverão ser encaminhados à SG, e o procedimento seguirá para o item 17, que trata da LOCAÇÃO SOB MEDIDA.</p>	DENG	15 dias
9	<p>Os autos ficarão na SEAD aguardando os trâmites abaixo.</p> <p><u>Diligências acerca da avaliação mercadológica do imóvel pretendido:</u></p> <p>- SEAD:</p> <p>9.1. A SEAD fará a conferência dos documentos encaminhados pelo proponente, verificando a validade das certidões e atualizando a documentação pertinente.</p> <p>9.2. Após a conferência da documentação, providenciará o laudo de avaliação prévia do preço de locação do imóvel eleito, a fim de demonstrar a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado.⁴</p> <p>9.3. Encaminhará a documentação à SG a fim de que seja autuado processo administrativo distinto, em caso de eventual empenho⁵.</p> <p>Prazo: 5 dias.</p> <p>- SG:</p>	SEAD	30 dias

2 A partir de critérios objetivos (relacionados no plano de necessidades) e de forma justificada. Os motivos de recusa dos imóveis não selecionados deverão vir expressos.

3 "A vistoria do imóvel ofertado deverá apontar:

I - as adaptações necessárias, inclusive para atendimento às normas de acessibilidade espacial e aos critérios de Segurança Institucional; e

II - quais obras seriam realizadas pelo proprietário e quais ficariam a cargo do Ministério Público, com estimativas de custo e tempo de execução."

4 Súmula TC/MS nº 28 – "A ausência de avaliação prévia do preço de locação do Imóvel destinado ao serviço público, visando a verificação de sua compatibilidade com o valor vigente no mercado, enseja a declaração da ilegalidade e irregularidade do contrato e aplicação de multa ao responsável."

5 O eg. Tribunal de Contas da União tem recomendado ao administrador que solicite a elaboração de laudo de avaliação à Caixa Econômica Federal ou à Secretaria de Patrimônio da União, por considerar que tais organismos públicos possuem tradição e idoneidade aptas a fornecer balizamentos seguros à Administração. A documentação deverá ser apresentada em sua via original ou em cópia autenticada.

	<p>9.4. Caberá à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral registrar e autuar procedimento administrativo, em caso de eventual empenho à empresa responsável pela avaliação prévia e encaminhar os autos à Secretaria de Finanças e Planejamento (SEFIN), para empenho. Prazo: 2 dias.</p> <p>- SEFIN:</p> <p>9.5. Caberá à SEFIN empenhar o valor proposto pela empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação prévia e, após, encaminhar os autos à SEAD. Prazo: 2 dias.</p> <p>- SEAD:</p> <p>9.6. Caberá à SEAD, em 2 dias, encaminhar a nota de empenho à empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação prévia, concedendo um prazo de entrega de 10 dias, contados do recebimento da nota de empenho.</p> <p>9.7. Com a entrega do laudo de avaliação prévia, procederá à juntada aos autos próprios, encaminhando ao DENG, para atestar o serviço e receber eventual nota fiscal. No mesmo momento, a SEAD deverá proceder à juntada de cópia ou 2ª via do laudo de avaliação prévia aos autos da locação, encaminhando-os à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral. Prazo: 12 dias.</p> <p>- DENG:</p> <p>9.8. Recebendo os autos de empenho, com a juntada do laudo de avaliação prévia, deverá proceder à análise do laudo, elaborar manifestação, atestar o serviço, assinar a nota fiscal e encaminhar os autos ao Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas/SEAD. Deverá ainda enviar cópia da manifestação referente ao laudo final à SG, para emitir decisão/autorização para reserva orçamentária no processo de locação. Prazo: 2 dias.</p> <p>- SEAD (Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas)</p> <p>9.9. O Núcleo de Notas Fiscais/SEAD encaminhará os autos à SEFIN. Prazo: 2 dias.</p> <p>- SEFIN:</p> <p>9.10. Providenciará o pagamento e arquivamento dos autos de empenho.</p>	<p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>SEFIN</p> <p>SEAD</p> <p>DENG</p> <p>SEAD</p> <p>SEFIN</p>	<p>2 dias</p> <p>2 dias</p> <p>12 dias</p> <p>2 dias</p> <p>2 dias</p> <p>2 dias</p>
10	Em posse dos autos da locação, caberá à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral juntar ao processo a cópia da manifestação referente ao laudo de avaliação prévia, a ser encaminhada pelo DENG, conforme o item 9.8, e providenciar deliberação da SG remetendo os autos à SEFIN, em 2 dias .	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
11	Em cumprimento da deliberação, caberá à SEFIN realizar a reserva orçamentária, em 1 dia . A SEFIN juntará demonstrativo da disponibilidade orçamentário-financeira e devolverá os autos à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral.	SEFIN	1 dia
12	A Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará o processo à Assessoria Técnico-Jurídica (ASSETTEJ) em 2 dias . A ASSETTEJ emitirá parecer em até 5 dias , acerca da possibilidade de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. X ⁶ , e quanto à regularidade da minuta do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 38, combinado com o inciso VI do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93.	<p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>ASSETTEJ</p>	7 dias

6 Lei nº 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:(...)”

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”.

13	Recebidos os autos da ASSETEJ, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral os remeterá à Consultoria Administrativa (CAD) para elaborar minuta de decisão acerca da contratação, em 5 dias .	CAD	5 dias
14	Determinada a dispensa de licitação para locação do imóvel eleito, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará os autos à SEFIN para efetuar o empenho, em 1 dia . Após o empenho, a SEFIN encaminhará os autos diretamente ao Setor de Contratos/SEAD.	SEFIN	1 dia
15	O Setor de Contratos providenciará a publicação da ratificação da dispensa da licitação, como condição para a eficácia dos atos, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e providenciará a assinatura do contrato, em três vias, no prazo de 10 dias .	Setor de Contratos/SEAD	10 dias
CESSÃO DE USO			
16	Na hipótese de o Estado dispor de imóvel que atenda às necessidades requeridas, o procedimento deverá atender ao seguinte rito: a) o DENG deverá vistoriar <i>in loco</i> o imóvel indicado para elaboração de laudo/parecer técnico ⁷ , no prazo de 10 dias ; informando à SG eventuais necessidades de intervenções no imóvel; b) a SG analisará a conveniência e oportunidade da ocupação do imóvel do Estado, providenciando uma deliberação e encaminhando os autos à ASSETEJ para parecer, caso haja interesse na cessão de uso; c) devolvidos os autos da ASSETEJ, a SG proferirá decisão acerca da eleição do imóvel indicado, encaminhando os autos ao Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, para dar andamento às tratativas da formalização do termo de cessão de uso com o Estado; d) os autos deverão permanecer com o Departamento de Apoio Administrativo do PGJ até a juntada do termo de cessão de uso, assinado pelas partes; e) recebidos os autos do Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará os autos ao Setor de Contratos/SEAD para que efetue a publicação no DOMP e faça a juntada de eventual publicação no Diário Oficial do Estado; f) em caso de necessidade de intervenção no imóvel, os autos deverão seguir ao DENG, para dar início às providências cabíveis.		
LOCAÇÃO SOB MEDIDA			
17	- SG: 17.1. Recebidos os autos do DENG, após a manifestação técnica mencionada na observação contida no item 8, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral deverá remetê-los à SEFIN, para que apresente análise orçamentária.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
	- SEFIN: 17.2. Com base nas informações fornecidas pelo DENG, apresentará análise orçamentária da viabilidade de contratar locação sob medida, assim como de atender a demanda da Instituição de acordo com as estimativas de custos apresentadas pelo DENG no estudo técnico, a fim de amparar a decisão do(a) Secretário(a)-Geral.	SEFIN	5 dias
	- SG:		

7 “A vistoria do imóvel ofertado deverá apontar:

I - as adaptações necessárias, inclusive para atendimento às normas de acessibilidade espacial e aos critérios de Segurança Institucional; e

II - quais obras seriam realizadas pelo proprietário e quais ficariam a cargo do Ministério Público, com estimativas de custo e tempo de execução.”

<p>17.3. Os autos seguirão para apreciação do(a) Secretário(a)-Geral, que analisará as manifestações e justificativas apresentadas pelo DENG e pela SEFIN quanto à possibilidade de contratar locação sob medida⁸.</p> <p>Verificado que foi devidamente comprovada a impossibilidade de suprir a demanda institucional por outras formas, e que ficou demonstrado que a locação sob medida é solução inequivocamente mais favorável economicamente do que a realização de reforma em imóvel alugado sob a forma convencional, o(a) Secretário(a)-Geral determinará a realização de providências visando a contratação da locação sob medida de imóvel a ser construído em conformidade com as necessidades do Ministério Público.</p> <p>Assim, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará o processo ao DENG.</p> <p>- DENG:</p> <p>17.4. Elaborará plano de necessidades e demais documentos técnicos pertinentes, no prazo de 30 dias, contendo as características mínimas que o imóvel deverá apresentar para atender às finalidades precípuas do Ministério Público, acompanhadas das devidas justificativas. Estes documentos são destinados a subsidiar a locação de edifício a ser construído sob medida, e devem contemplar os objetivos estratégicos da Instituição e a análise de cenários futuros.</p> <p>17.5. Os documentos elaborados pelo DENG serão encaminhados à SG para aprovação.</p> <p>17.6. Com a aprovação, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral deverá encaminhar os autos ao Diretor da SEAD, para que proceda à pesquisa no mercado imobiliário local a fim de identificar eventuais interessados na celebração do contrato de locação sob medida.</p> <p>- SEAD:</p> <p>17.7. Procederá à pesquisa no mercado imobiliário local⁹, concedendo às imobiliárias um prazo máximo de 20 dias corridos para a resposta, encaminhando, nessa pesquisa, os dados referentes ao plano de necessidades, especificações e documentos técnicos elaborados pelo DENG, solicitando a apresentação de proposta nos moldes do “Anexo B - Formulário de proposta de preço” constante no Anexo IV da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS.</p> <p>17.8. Providenciará a publicação no DOMP da intenção da Administração em locar um imóvel a ser construído sob medida, nos moldes do Anexo IV da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS. Deverão ser concedidos 20 dias corridos de prazo para apresentação das propostas, a contar da publicação do aviso.</p> <p>17.9. Cumpridas as diligências anteriores, deverá juntar a documentação completa recebida, e, após, encaminhar os autos ao DENG.</p> <p>Obs.: A descrição do imóvel a ser locado deverá conter a quantidade de cômodos/dependências e as metragens mínimas que atenderão ao interesse da Administração, não havendo a necessidade de indicar, no extrato de publicação no DOMP, a destinação final do cômodo/dependência.</p> <p>- DENG:</p> <p>17.10. Receberá e analisará a documentação juntada aos autos pela SEAD, elegendo, em conjunto com a SG¹⁰, o imóvel ou os imóveis que melhor atendam, em princípio, ao plano de necessidades.</p> <p>17.11. Vistoriar <i>in loco</i> os imóveis selecionados, em 10 dias, e emitir relatório técnico individualizado acerca da localização, acessibilidade, presença de transporte público, adequação ao plano de necessidades, entre outras características e observações relacionadas ao imóvel.</p>	SG	5 dias
	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
	DENG	30 dias
	SG	5 dias
	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
	SEAD	22 dias
	DENG	15 dias

8 Lei no 8.245, de 18 de outubro de 1991: “Art. 54-A. Na locação não residencial de imóvel urbano na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo e as disposições procedimentais previstas nesta Lei.”

9 A pesquisa no mercado imobiliário deverá ser acompanhada de ampla divulgação das intenções deste MP/MS de locar imóvel a ser construído com as características apontadas.

10 A partir de critérios objetivos (relacionados no plano de necessidades e demais documentos técnicos) e de forma justificada. Os motivos de recusa dos imóveis não selecionados deverão vir expressos.

	<p>17.12. Cumpridas as diligências anteriores, fazer a juntada da documentação e encaminhar os autos à SG.</p> <p>- SG:</p> <p>17.13. Recebidos os autos, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, em <u>2 dias</u>, fará a distribuição à CAD para elaboração de minuta de decisão.</p> <p>- CAD:</p> <p>17.14. Caberá à CAD realizar a análise dos autos em conjunto com a SG.</p> <p>Quando as necessidades de <u>instalação</u> e de <u>localização</u> condicionarem a escolha de determinado imóvel, sendo este o único capaz de satisfazer adequadamente o interesse público, e comprovado que o imóvel proposto é de <u>propriedade do particular que será o futuro locador</u>, deverá ser elaborada minuta de Decisão, no prazo de <u>5 dias</u>, determinando à SEAD que proceda à avaliação prévia para constatar se o preço ofertado para a locação sob medida é compatível com o de mercado.</p> <p>17.15. Os autos deverão seguir os trâmites previstos nos itens 9 a 15 deste Roteiro, no que for compatível com o procedimento.</p>	<p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>CAD</p>	<p>2 dias</p> <p>5 dias</p>
--	--	--	-----------------------------

ANEXO II da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.**MODELO DE PLANO DE NECESSIDADES**

PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANEXO III da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.**MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – LOCAÇÃO CONVENCIONAL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) declara pública a intenção de locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de XXXX, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, nos termos da minuta do contrato de locação que consta no Anexo III, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, conforme especificado no Anexo A deste extrato, integralmente dentro das normas técnicas exigidas, em especial, no que diz respeito à acessibilidade.

Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de publicação deste aviso, para o e-mail da Secretaria de Administração do MPMS, sead@mpms.mp.br, ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, CEP 79031-907, em horário comercial (8h às 11h e 13h às 18h).

XXXXX

Secretário(a)-Geral do MPMS

ANEXO A				
PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANEXO B
FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO
<p>À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MPMS.</p> <p>(NOME DO PROPONENTE), CNPJ/CPF nº _____, com endereço em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:</p> <p>VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)</p> <p>VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)</p> <p>ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:</p> <p>ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:</p> <p>ÁREA CONSTRUÍDA:</p>

QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:

Dados completos de identificação e contato do proponente (*e-mail*, telefones, fax, etc.).

Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.

Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.

_____, ____ de _____ de 20__.

(local)

(data)

Assinatura (proprietário/representante legal)

Documentação do imóvel:

- a) certidão de inteiro teor de seu registro;
- b) certidão de Habite-se;
- c) laudo atualizado do Corpo de Bombeiros;
- d) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- e) planta baixa atualizada.

Documentação do proponente/proprietário pessoa jurídica:

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Documentação do proponente/proprietário pessoa física:

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível; e
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas.

ANEXO IV da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.**MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - LOCAÇÃO SOB MEDIDA****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) declara pública a intenção de locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de XXXX, pelo prazo inicial de 10 (dez) anos, a ser construído sob medida, nos termos da minuta do contrato de locação sob medida que consta no Anexo IV, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, de acordo com o plano de necessidades, especificado no Anexo A deste extrato, e com as especificações e documentos técnicos a serem disponibilizados pelo Departamento de Engenharia/MPMS em XXXXX, integralmente dentro das normas técnicas exigidas, em especial, ao que diz respeito à acessibilidade.

Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de publicação deste aviso, para o *e-mail* da Secretaria de Administração do MPMS, sead@mpms.mp.br, ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, CEP 79031-907, em horário comercial (8h às 11h e 13h às 18h).

XXXXX

Secretário(a)-Geral do MPMS

ANEXO A				
PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANEXO B	
FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO	
<p>À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/MS.</p> <p>(NOME DO PROPONENTE) _____, CNPJ/CPF nº _____, com endereço em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL A SER CONSTRUÍDO SOB MEDIDA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:</p> <p>VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso) VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso) ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL: ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: ÁREA CONSTRUÍDA: QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM: Dados completos de identificação e contato do proponente (<i>e-mail</i>, telefones, fax, etc.).</p> <p>Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.</p> <p>Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.</p> <p>_____, ____ de _____ de 20____.</p> <p>(local) (data)</p> <p>Assinatura (proprietário/representante legal)</p>	

Documentação do imóvel:

- a) certidão vintenária do imóvel;
- b) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- c) certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel;
- d) plantas de situação e localização do terreno e construções;
- e) certidões negativas de ônus, gravames e de distribuição de ações reais e reipersecutórias relativas ao imóvel.

Documentação do proponente/proprietário pessoa jurídica:

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Documentação do proponente/proprietário pessoa física:

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível;
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas;
- g) comprovante de residência;
- h) Certidão de casamento e CPF do cônjuge (se casado).

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 010/2018/PJ DE DOURADOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dourados, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dourados, objeto do Edital nº 004/2017/PJ de Dourados, de 25 de setembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1596, de 28 de setembro de 2017 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Dourados.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Pedro Henrique Prates Aquino	17º
*candidato da cota de negros	
**candidato da cota de pessoa com deficiência	
***candidato da cota de indígena	

Dourados, 16 de abril de 2018.

JOSÉ ANTONIO ALENCAR
Promotor de Justiça
Supervisor das Promotorias de Justiça
Cíveis e Especializadas de Dourados

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000027 DE 16.04.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4394/2017.**

Credor: TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Serviços de consultoria técnica especializada na execução de projetos, gestão e administração do ambiente.

Valor: R\$67.580,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000029, de 16.04.2018.

Licitação: Adesão à Ata Registro de Preços Nº 0015/2017 do Pregão Eletrônico nº 0015/2017-.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/PGJ/2018.

Processo nº PGJ/10/0541/2018.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2 – MBM SEGURADORA S/A, representada por seu Diretor-Presidente, Jair Beltrami e por seu Diretor Comercial, Luiz Eduardo Dilli Gonçalves.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 5/PGJ/2018.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: prestação de serviço de seguro de acidentes pessoais coletivos (morte, invalidez e despesas médico-hospitalares), para atender 728 estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado total: R\$6.552,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE001389 de 28.03.2018.

Vigência: 02.04.2018 a 02.04.2019.

Data de assinatura: 02.04.2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0029/2018/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, CEP 79003-027, telefone: (67) 3317-4067, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001034-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Oshita Empreendimentos Imobiliários LTDA-EPP, Pedro Germano Abreu da Silva & Cia LTDA-

ME

Objeto(s): Apurar eventuais danos ambientais e possíveis violações à Lei Federal n. 6.766/79 consistente nos loteamentos clandestinos situados em imóveis na zona rural de Campo Grande, de possíveis matrículas n. 174.941 e n. 258.354 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição (área 1-c, 1-d e 1-e do desmembramento).

Campo Grande, 16 de abril de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 002/1ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000231-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado/MS, Idair Jerônimo Conceição Freitas e Rosinalva Gamade Freitas

Assunto: Fiscalização da execução das obras de infraestrutura do loteamento “Chácara Boa Vista VII”.

Aparecida do Taboado/MS, 16 de abril de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 003/1ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000233-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado/MS, Valdevir Ladislau Ferreira e Zanira Ariza Ladislau Ferreira

Assunto: Fiscalização da execução das obras de infraestrutura do loteamento “Magnata”.

Aparecida do Taboado/MS, 17 de abril de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 004/1ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.0000023-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado/MS e Carolina Mas Cardoso Franco

Assunto: Fiscalização da execução das obras de infraestrutura do loteamento “Andaralua II”.

Aparecida do Taboado/MS, 17 de abril de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 005/1ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000235-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado/MS e Ovídio Empreendimentos Aparecida do Taboado SPE Ltda.

Assunto: Fiscalização da execução das obras de infraestrutura do loteamento “Residencial Santa Maria ”.

Aparecida do Taboado/MS, 17 de abril de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0022/2018

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nos autos do Inquérito Civil nº 041/2016, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, neste município.

Inquérito Civil nº 041/2016

Compromissário: Ministério Público Estadual

Compromitente: Município de Coxim-MS.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na concessão de empréstimos pessoais a servidores públicos municipais por parte da Prefeitura Municipal.

Conteúdo do TAC: “O Compromitente assume a obrigação de não fazer, consistente em não mais efetuar o adiantamento de salários, férias, décimos terceiros ou qualquer outra verba sem que haja a edição de lei formal municipal regulamentando tais adiantamentos, em aspectos como: forma de requerer o adiantamento; natureza das verbas que poderão ser adiantadas; regras objetivas para deferimento do adiantamento; número de parcelas que serão debitadas na folha de pagamento do beneficiado e outros aspectos que o município entender pertinentes. Restou avençado que descumprida a obrigação acima estabelecida, incidirá em multa mensal no valor de 394 (trezentos e noventa e quatro) UFERMS – Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul, em favor do Fundo Estadual de Direitos Difusos Lesados, até o implemento das obrigações pactuadas”.

Data de celebração do TAC: 20 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT’ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0002/2018/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001007-5

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a suposta prática de ato de improbidade administrativa, previsto nos artigos 9 e 10 da Lei nº 8429/92, a partir da alienação indevida de bens públicos do Município de Naviraí/MS.

Naviraí, 17 de abril de 2018

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2018/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001998-8

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de ocorrência de danos ao erário público e enriquecimento ilícito a partir da apropriação de recursos públicos movimentados através do Convênio nº 15/2012.

Naviraí, 17 de abril de 2018

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2018/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001999-9

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da prática de ato de improbidade administrativa, na modalidade de danos ao erário público e de enriquecimento ilícito, mediante apropriação indébita de recursos públicos movimentados através do Termo de Colaboração nº 26130.

Naviraí, 17 de abril de 2018

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0010/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000723-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aquisição do Auto Posto GP.

Água Clara/MS, 03 de abril de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS

Promotor de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0002/2018/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil 06.2018.00001022-4.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: Arão Antônio Moraes

Assunto: Apurar os fatos relatados no Ofício n. 44/2018/Segab-PGJ, referentes a irregularidades na comercialização de produtos agrotóxicos enquadrados como domissanitários, pelo sr. Arão Antonio Moraes - Fazenda Santa Eliza.

Terenos/MS, 10 de abril de 2018.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça